

“QUE A VIDA É PARA TODOS”¹:
A REVOLUÇÃO DE ABRIL EM BRAGA

Fátima Moura Ferreira

Lab2PT e ICS, Universidade do Minho

Bruno Madeira

Investigador colaborador do Lab2PT e ICS, Universidade do Minho

<https://doi.org/10.21814/uminho.ed.176.23>

Nota introdutória

Não foi a madrugada inteira e limpa com que Sophia descreveu os acontecimentos do dia 25 de abril em Lisboa, nem a morte de Portugal que Jaime Nogueira Pinto anunciou ao ver as chaimites entrar na cidade. Se na capital do país tudo era agitação, tensão e vórtice e se rapidamente a dinâmica revolucionária se alastraria a toda a área metropolitana de Lisboa e do Porto e aos campos do Alentejo, em Braga as coisas haviam de se processar sem grandes sobressaltos. Um olhar superficial dir-nos-ia que, não fora a violência e o terrorismo políticos que a hierarquia da Igreja e a direita e a extrema-direita – com a cumplicidade do Partido Popular Democrático (PPD) e do Partido

1 «Comunicado das Operárias». *Correio do Minho*, 5 de fevereiro de 1975, p. 2.

Socialista (PS) – dirigiram aos partidos e aos militantes da esquerda revolucionária e à Intersindical (1975-1977), no Minho se assistiu a uma pacífica e singular transferência de poder.

A historiografia, a memória pública e as representações da *Revolução de Abril* – que as comemorações oficiais do cinquentenário pouco têm contrariado – continuam a cristalizar no imaginário coletivo o exemplo modelar dos acontecimentos vistos a partir da capital e da perspectiva das cúpulas militares, políticas e partidárias que neles se envolveram. Tal como nas outras revoluções do século XX português, as ruturas têm por centro a capital e as dinâmicas que aqui se registam, espaço em que se concentram os lugares de memória que coletivamente são associados aos processos sociopolíticos revolucionários – e chegam à província, anunciadas pelo telégrafo ou pelas ondas da rádio, apanhando desprevenidos os atores e as estruturas políticas locais, convertendo-se em memórias difusas e fracas desses processos.

Seja pela quase ausência da narrativa historiográfica ou pelo enfoque comparativista e representacional que explícita ou implicitamente atravessa alguns estudos, as populações que aí são representadas, sejam das Beiras, do Minho ou de Trás-os-Montes, surgem como vivendo num imenso torpor, quase que (aparentemente) indiferentes às transformações políticas que se vão operando no país. Não se lhes reconhece capacidade de agência política autónoma e são sempre retratadas ou como uma massa que, vítima maior do obscurantismo promovido pelo Estado Novo, era facilmente manipulável pela contrarrevolução – de quem se tornava agente involuntário contra a obra da sua própria emancipação política – ou como a reserva moral da nação católica, conservadora e anticomunista – carga ontológica e metafísica que se enraizara mais profundamente no Portugal da província. A leitura exposta a traço grosso desagua numa abordagem que tende a conservar-se refém dela própria e a revelar-se pouco operativa na compreensão dos processos de mudança do país 50 anos após a *Revolução de Abril*. O questionamento desse paradigma dominante poderá oferecer quadros heurísticos alternativos para a compreensão mais fina dos espectros e ritmos de mudança observados. Em simultâneo, fazer

sugerir traços de perenidade que transcendem o horizonte sociopolítico expectável da revolução e do seu desfecho.

É este o filão analítico que preside a esta investigação de contornos bem mais amplos, inscrita no Projeto “AgitProp – As imagens e as coisas: agitação e propaganda em tempos de guerra fria e revolução africana – Portugal e os PALOP (1961-1991/1996)”, Lab2PT/FCT², no âmbito de um conjunto de estudos de caso plurais. O texto que se apresenta corresponde a parte de uma pesquisa em curso sobre o Minho no biénio revolucionário de 1974-1975 e seu termo, representado pelo ciclo eleitoral de 1976 (legislativas, presidenciais e autárquicas), como data de consolidação da Democracia portuguesa. Cobre o período até 28 de setembro de 1974, que corresponde ao primeiro ciclo político da Revolução – seguido pelo segundo ciclo, balizado pelo 11 de março e 25 de abril de 1975, data das eleições para a Assembleia Constituinte; e o terceiro ciclo entre os 25 de abril de 1975 e o 25 de novembro de 1975.

A abordagem adotada permite avançar no conhecimento e, sobretudo, na problematização das características particulares do desenvolvimento do processo sociopolítico no distrito de Braga. Mais do que procurar emular quadros interpretativos enformados pela cronologia, pelo ritmo e pelo sentido dos acontecimentos no Portugal urbano – leia-se as áreas metropolitanas de Lisboa e, à sua escala, do Porto – e do latifúndio para concluir pela menor intensidade e profundidade das transformações revolucionárias na província, o que este exercício – ainda em fase de construção – permite antever é a aparente existência de duas revoluções simultâneas, com velocidades, objetivos e discursos marcados pela leitura das distintas realidades socioeconómicas, culturais e religiosas que atravessavam e ‘dividiam’ o país em dois.

Esta fissura é ainda o legado da assimétrica política de modernização e de industrialização do país empreendida nos 1960 e que privilegiou, essencialmente, a concentração industrial nos espaços urbanos, suscitando, por necessidades inerentes ao próprio processo

² Investigadores principais do Projeto: Fátima Moura Ferreira, Bruno Madeira, Francisco Azevedo Mendes e Susana Gaudência, 2024-2026.

em curso, a alfabetização de parte da classe trabalhadora e a emergência e incipiente afirmação de uma classe média urbana. Por conseguinte, a revolução na província parecia procurar, antes de mais, falar uma linguagem que não só pudesse ser compreendida e absorvida pelas populações a quem o seu discurso se dirigia, mas que, sobretudo, pretendia não afastar ou assustar comunidades predominantemente apoliticizadas e demonstrar que os novos agentes políticos locais trabalhariam no sentido da concretização dos planos de modernização inscritos no IV Plano de Fomento do Estado Novo. Além disto, a tentativa de se sincronizar com os gostos e as expectativas dos locais fez com que houvesse, desde muito cedo, uma preocupação, várias vezes reiterada e implementada, de manter as festividades e os certames populares, fossem eles de feição religiosa, civil ou agrícola.

Independentemente da valorização positiva ou negativa que se faz desta aparente apatia ou imobilismo que só as grandes transformações – vistas como libertadoras ou corruptoras – pareciam agitar, ambas as representações promovem um quadro histórico e mental de uma profunda fratura entre o centro e a província. Apesar da evolução ulterior e do potencial de desenvolvimento socioeconómico que era reconhecido a Braga – cidade e distrito –, a realidade é que, no biénio revolucionário de 1974-1975, esta era ainda vista como uma pequena cidade de província, demasiado distante – geográfica, simbólica e politicamente – dos centros em que se jogava a sorte da revolução. Braga – pela ausência do discurso historiográfico ou pela pouquíssima relevância que o mesmo lhe atribui – surge assim como espaço quase exclusivamente passivo e em que os acontecimentos de Lisboa ou do Porto apenas se manifestavam em diferido.

De resto, tanto no que diz respeito à história da resistência ao fascismo como na da revolução em Braga, o palco em que se representam esses processos tende a ser apenas povoado pelas elites locais – sejam elas situacionistas ou oposicionistas, reacionárias ou revolucionárias. Efetivamente, a cidade não conheceu o surto grevista da primeira metade dos anos 1940, as lutas camponesas que surgiram regularmente nas regiões do latifúndio também a partir dos anos

1940, o terramoto delgadista em 1958³, a agitação estudantil e associativa dos anos 1960 ou as ondas de choque que os católicos progressistas causaram na hierarquia do catolicismo português nos anos 1960 e 1970. Por outro lado, e ao contrário daquilo a que se assistiu na área metropolitana de Lisboa e do Porto, e nos campos do Alentejo, o Partido Comunista Português (PCP) também não parece ter sido capaz de aqui criar, no contexto da sua atividade clandestina de oposição ao Estado Novo, uma base organizacional e militante mobilizável imediatamente após o golpe militar ocorrido em Lisboa.

Chegados a 25 de abril de 1974, fruto do perfil eminentemente intelectual e elitista dos rostos da resistência local e da sua maior ligação à atividade semiclandestina relacionada com as eleições legislativas de 1969 e de 1973, da influência e das características da Igreja local, do peso do catolicismo tradicionalista, dos apregoados obscurantismo, analfabetismo, despolitização e anticomunismo na maioria do povo minhoto e da estrutura fundiária e de propriedade – ao contrário das regiões do latifúndio, no Minho, em Trás-os-Montes e nas Beiras predominava a pequena propriedade e a agricultura de subsistência –, Braga era um campo de mais difícil politização por parte das forças socialistas – do socialismo marxista revolucionário – e, como adiante veremos, a sua ação centrou-se, essencialmente, nas campanhas de esclarecimento e numa mais do que cautelosa comunicação e intervenção políticas.

Deste modo, o enfoque no primeiro ciclo político da Revolução permite-nos também acompanhar em detalhe as dinâmicas de persistência e de renovação das elites e dos quadros políticos locais. Numa fase inicial, independentemente da maior inclinação pessoal para o modelo sociopolítico proposto pelo PCP, pelo PS, pelo Movimento Democrático Português (MDP) ou, em muito menor grau, pelo PPD, o renovado *Correio do Minho* procurou sempre sublinhar a necessidade de reforçar a unidade das forças “progressistas”, “democráticas” e “socialistas” que participavam nos dois primeiros governos

3 Não obstante o envolvimento ativo dos oposicionistas bracarense na candidatura e nas manifestações de apoio a Humberto Delgado.

provisórios. Como facilmente se deteta na linguagem utilizada pelos diretores e redatores do jornal, há uma moderação e um minimalismo programáticos que tendem ao estabelecimento de compromissos entre as diferentes sensibilidades político-ideológicas existente no Movimento Democrático de Braga. De resto, estes equilíbrios foram sempre uma das preocupações do grupo durante a fase de oposição ao Estado Novo e continuaram a ser fundamentais nesta primeira fase da revolução. Por outro lado, a prática – comum a todos os quatro partidos mencionados – de convidar representantes de todos eles para os seus comícios, frequentemente permitindo que aí usassem da palavra, demonstra que, pelo menos neste período, se procurava projetar uma imagem de profunda unidade em torno do projeto de democratização do país, pondo de parte as diferenças programáticas e pessoais que pudessem afastar os partidos e as suas lideranças.

Dada a ausência de um trabalho de longo fôlego sobre a revolução na cidade e no distrito de Braga, propomo-nos traçar um itinerário – construído, precisamente, a partir do *Correio do Minho* – dos acontecimentos políticos aí verificados entre 25 de abril de 1974 e 28 de setembro de 1974. Este exercício consiste no ponto de partida e na apresentação dos primeiros resultados de um estudo em desenvolvimento, que englobará ainda o levantamento e análise do *Diário do Minho* e dos vários periódicos concelhios dos distritos de Braga e Viana do Castelo, almejando a captação das diferentes representações que sobre o processo revolucionário se foram publicando na imprensa local.

Além deste amplo levantamento hemerográfico, continuar-se-á o trabalho, já em curso, de recolha de testemunhos de atores políticos relevantes, que tenham tido intervenção na vida política e associativa bracarense entre 25 de abril de 1974 e 12 de dezembro de 1976, data em que se realizaram as primeiras eleições autárquicas em democracia. Neste sentido, o objetivo mais amplo passa por analisar a recomposição, a circulação e a consolidação das elites políticas locais, tendo também em conta os atos eleitorais de 1975 e 1976.

Se é um facto que o campo político oposto ao socialismo marxista revolucionário teve aqui uma forte base de implantação e uma retaguarda relevante à sua ação no resto do país, a realidade é que há uma imensa pulsação na vida local estimulada pela explosão político-ideológica que também tomou a cidade e o distrito de assalto. Este tipo de exercícios, contra-hegemónicos no sentido em que questionam as narrativas formuladas e cristalizadas a partir de Lisboa, sobretudo, ou do Porto, permite também pôr em causa as representações normativas do resistente ao fascismo ou do quadro revolucionário. Com efeito, como veremos, a radicalidade do discurso dos partidos revolucionários e a ação dos seus principais dirigentes e militantes são em Braga muito mais moderados e cautelosos. Há uma preocupação permanente em não provocar a Igreja ou as estruturas sociais e culturais mais arraigadas entre o povo minhoto – atitude sempre presente e relevada pelos líderes do PCP e do PS, bem conscientes das consequências sociais e políticas da laicização republicana. Por fim, esta investigação – que se deveria alargar, numa perspetiva comparativa, a Trás-os-Montes e às Beiras – deixar-nos-á mais perto de compreender a complexidade do processo revolucionário e de normalização democrático-liberal que Portugal viveu entre 1974 e 1976, permitindo ainda dar conta das dinâmicas política aí surgidas e que se haveriam de projetar nas cinco décadas seguintes.

1. “Vivemos um período pletórico de animação coletiva”⁴: alegria, unidade, trabalho e vigilância como mote da primeira fase da revolução em Braga (25 de abril a 28 de setembro de 1974)

O golpe militar da madrugada de 24 para 25 de abril, em Lisboa, tornado em revolução pela participação maciça – e contra as indicações amplamente repetidas pelo Movimento das Forças Armadas (MFA) aos microfones das rádios por si controladas – da população local, chegou à cidade de Braga também pelas ondas hertzianas. Aquele que seria o jornal que, até fevereiro de 1975, seria o órgão do

⁴ «A Cidade de Braga em plena animação». *Correio do Minho*, 17 de agosto de 1974, p. 1.

Movimento Democrático de Braga, o *Correio do Minho*, até aí jornal da Ação Nacional Popular (ANP), foi suspenso – na sequência da extinção do partido único decretada pela Junta de Salvação Nacional (JSN) – e só voltaria a ser publicado em 3 de maio, quando alguns quadros dos Democratas de Braga, com Victor de Sá à cabeça, tomaram conta do periódico e procuraram fazer dele a voz da revolução na cidade e no distrito. Devido a essa lacuna existente na publicação do *Correio do Minho*, acompanharemos a informação disseminada na cidade através do outro órgão de imprensa bracarense, o *Diário do Minho*.

Na sua edição de 26 de abril de 1974, a manchete do jornal apresenta um país a duas velocidades. Se em Lisboa «o “Movimento das Forças Armadas” tomou conta do poder»⁵, em Braga mantém-se o «sossego»⁶. Com efeito, relata o periódico, os eventos na capital teriam apanhado os bracarenses de surpresa. Não fossem os comunicados transmitidos pela rádio e pela RTP e a cobertura noticiosa que as mesmas faziam, nada de anormal acontecera no dia 25 de abril na cidade. Os soldados do Regimento de Infantaria 8 e da Guarda Nacional Republicana e os agentes da Polícia de Segurança Pública não abandonaram os quartéis e as esquadras, ficando apenas de prevenção. O único sinal de que algo de profundo estava a acontecer foi o bulício das conversas sobre o assunto no centro da cidade – Arcada e os cafés emblemáticos dessa zona. Tal era ainda a desorientação quanto ao rumo que o golpe iria tomar que, nesse mesmo dia, o *Diário do Minho* publica ainda a intervenção de Carvalho Conceição, deputado à Assembleia Nacional do Estado Novo, sobre o papel da educação no desenvolvimento das potencialidades do homem.

A revolução só se faria ecoar na cidade nesse dia 26 de abril, sendo o “feriado” noticiado na edição do dia seguinte. Uma parte significativa da população não foi trabalhar, alguns estudantes do Liceu Sá de Miranda – escola de referência na cidade – manifestaram-se e as

5 «O “Movimento das Forças Armadas” tomou conta do poder». *Diário do Minho*, 26 de abril de 1974, p. 1.

6 «Sossego na cidade de Braga». *Diário do Minho*, 26 de abril de 1974, p. 1.

aulas foram suspensas, tendência que se alargaria a outros estabelecimentos de ensino na cidade, provocada pelo grupo do Sá de Miranda que percorreu a cidade a chamar mais gente para a rua. Depois das escolas dedicaram-se aos locais de trabalho, no que eram auxiliados por um carro de som que percorria as ruas de Braga apelando a que todos parassem o trabalho e se mobilizassem para uma manifestação ao final da tarde na Praça do Município.

Pela primeira vez desde o *25 de Abril*, as tropas do Regimento de Infantaria 8 abandonam o quartel e dispõem-se na referida praça para garantir a segurança e a ordem. O ar não estava carregado como aquele que marcou parte dos acontecimentos na capital na véspera – «as pessoas – na grande maioria jovens – divertiam-se [...] passeando e conversando, como se de uma tarde de domingo se tratasse»⁷. Outros circulavam pela cidade entoando a «Grândola, Vila Morena», erguendo com os braços cartazes, panos e até sacos de plástico improvisados com palavras de ordem, nomeadamente de apoio ao MFA e à Junta de Salvação Nacional.

A maior manifestação do dia seria a que se concentrou na Praça do Município. Alguns populares dirigiram-se diretamente para junto da Câmara Municipal, outros concentraram-se na Avenida Central e seguiram em desfile até ao edifício camarário, cujas varandas estavam profusamente decoradas com bandeiras nacionais – a divisão político-ideológica e partidária estava ainda longe de se materializar; tratava-se, para todos os envolvidos, de uma grande festa comemorativa da libertação nacional. De uma dessas varandas dos Paços do Concelho, os milhares de participantes na manifestação puderam escutar as palavras do comandante militar da cidade, coronel António da Conceição Marcelino, e do representante do Movimento das Forças Armadas, capitão Joaquim Soares Leite. Seguiram-se vários rostos conhecidos dos Democratas de Braga, nomeadamente Victor de Sá, Lestra Gonçalves, Humberto Soeiro, José Manuel Mendes e Lino Lima, entre outros, e «que foram por vezes interrompidos por

⁷ «Houve “feriado” em Braga». *Diário do Minho*, 27 de abril de 1974, p. 1.

palmas»⁸. O ambiente era de festa e exultação. A esperança alimentava as vozes daquela mole humana que, assistência e tribuna, cantou entusiasticamente o «Grândola, Vila Morena» no final da manifestação que marcou, enfim, a chegada da Liberdade a Braga.

No dia 30 assistiríamos à primeira – e uma das poucas – ocupações na cidade: o Movimento Democrático de Braga instalou a sua primeira sede no edifício da Casa da Mocidade Portuguesa local, na rua de Santa Margarida⁹. Esta, além de espaço privilegiado para as reuniões do movimento e para o funcionamento dos seus serviços, manteria, porém, em funcionamento a sala de jogos (bilhar e *ping-pong*), muito frequentada pelos jovens bracarenses¹⁰. A preocupação de não privar a juventude destes divertimentos demonstra também outro traço que será definidor da ação do Movimento Democrático de Braga ao longo de toda a primeira fase da revolução: o divertimento, as festividades e as tradições populares tinham enquadramento na nova situação política e deveriam ser aproveitadas para consciencializar as massas populares.

A revolução propriamente dita começaria nas manifestações-celebrações do primeiro *1º de Maio* em Liberdade. Não tendo nunca tido o reconhecimento dos acontecimentos em Lisboa e no Porto, certamente pela massa humana presente nas manifestações e nos comícios não ser tão significativa, a verdade é que o mesmo se verificou em Braga. No distrito, o Movimento Democrático de Braga – com a colaboração do Sindicato Têxtil de Guimarães – promoveram desfiles e comícios em Braga, no então nomeado Estádio 1º de Maio – tendo começado a concentração e o desfile no Rossio da Sé e passado pela Avenida Central –, em Guimarães, no estádio municipal, e em Riba d’Ave. As palavras de ordem eram já claras e estabeleceriam o mote das reivindicações populares e partidárias nos primeiros meses da revolução: «a liberdade sindical e o direito à greve; [o] travão à carestia de vida e [o] substancial aumento dos salários; [o] fim da

8 «Houve “feriado” em Braga». *Diário do Minho*, 27 de abril, de 1974, p. 1.

9 «Movimento Democrático de Braga». *Diário do Minho*, 1 de maio de 1974, p. 1.

10 «Sede do Movimento Democrático». *Correio do Minho*, 3 de maio de 1974, p. 4.

guerra do Ultramar e negociações com os Movimentos de Libertação com vista à imediata e completa independência nos territórios ultramarinos»¹¹.

2. A ocupação e reconversão do jornal *Correio do Minho*

A aparente espontaneidade com que tudo se organizou, a lógica do imprevisto e a indómita vontade de “fazer acontecer” seria também a marca distintiva das primeiras semanas da revolução portuguesa. É também imbuídos desse espírito que, depois das instalações da Mocidade Portuguesa em Braga e do edifício da Legião Portuguesa, na Rua da Abade Loureira, espaço de encontro e de reunião dos Democratas de Braga e seus seguidores, no qual se traçavam providências e orientações quanto ao rumo a seguir, que é ocupada a redação e a tipografia do *Correio do Minho*, localizada na Casa dos Coimbras, sede da ANP.

A apropriação do jornal reveste um particular simbolismo. Não traduzia apenas a extinção de um velho «reduito do obscurantismo, [...] baluarte duma era de trevas, ao longo de 48 anos inundando o leitor de falsidades, nauseando-o com proclamações doutrinárias do mais feroz reaccionarismo»¹². Representava também a rutura simbólica com a memória do passado, numa cidade convertida em baluarte do Salazarismo, espécie de epicentro do apoio forjado da Província ao Estado Novo (1934-1936), num movimento liderado e dinamizado pelas novas elites locais, prolongado no tempo, entre as memórias vivas dos oposicionistas, muitos dos quais vítimas da censura e repressão políticas. Este é um aspeto diferenciador que importa reter. Plausivelmente, Victor de Sá, entre outros vultos oposicionistas pertencentes a diferentes sensibilidades e quadrantes políticos do designado Movimento dos Democratas de Braga (republicanos, democratas, católicos, comunistas) é aquele que protagoniza a ação organizada. Plausivelmente, em razão do capital político, intelectual e relacionamento interpessoal que congregava – pesem, embora, as

11 «Manifestações de trabalhadores», *Diário do Minho*, 30 de abril de 1974, p. 4.

12 «Uma vitória do povo». *Correio do Minho*, 3 de maio de 1974, p. 1.

fissuras existentes, mais ou menos abertas, em consonância com a capacidade de forjar ou não consensos no passado recente. A essência e a missão transmutadas do jornal, agora transformado em instrumento ao serviço da democracia, da verdade informativa, do esclarecimento e da consciencialização populares, convertiam-no em símbolo vivo do novo tempo a edificar e a fazer ecoar na cidade, na ausência de outros sinais mais marcantes, sob o lema da construção da necessária unidade entre todos os democratas no momento crítico que o país vivia.

O entusiasmo com a ideia do potencial que o controlo deste órgão informativo representava era de tal ordem que, logo na primeira edição pós-transformação em jornal do Movimento Democrático de Braga, foi anunciado o aumento da tiragem de 1.170 para 3.000 exemplares. Num jornal que, preenchido por pequenos textos de opinião, crónicas sobre a vida local e comunicados dos partidos políticos democráticos – na primeira fase do jornal, até fevereiro de 1975, estes resumir-se-ão ao PS, ao PCP, aos partidos da esquerda revolucionária (LCI - Liga Comunista Internacionalista; UDP - União Democrática Popular; MES - Movimento de Esquerda Socialista; LUAR - Liga de Unidade e Ação Revolucionária, entre outros) e, em menor medida, ao PPD – e em que o registo visual dos acontecimentos foi sempre secundarizado, neste primeiro número encontramos uma fotografia que testemunha a ocupação do jornal. Nela surge, ao centro e em plano destacado, Victor de Sá, primeiro diretor interino do novo *Correio do Minho*.

No renovado diário bracarense apenas seriam remunerados os tipógrafos, os administrativos e o pessoal da distribuição. A direção, a administração e o corpo redatorial seriam assegurados gratuitamente por «pessoas responsáveis», que não tendo nem querendo vir a ter carreira no jornalismo entenderam que não seria justo serem pagas. A nova direção chegou mesmo a admitir a possibilidade de contratar jornalistas profissionais para assegurarem a redação do jornal, contudo acabou por concluir que «não pode ser jornalista quem não compreendeu ainda o profundo alcance do Movimento das Forças

Armadas»¹³. Esta resolução é sintomática da missão que os homens que haviam assumido as rédeas do jornal entendiam dever ser a sua: uma publicação para intervir num «momento que é de ação, de reflexão e de vigilância. De responsabilidade também»¹⁴. No fundo, revelando a dimensão coletivista de que criam estar o jornal munido, afirmavam logo no início de maio que «não temos repórteres. Os repórteres somos nós todos»¹⁵. Estas considerações e decisões editoriais ajudam a compreender, em parte, o relativo espontaneísmo com que o jornal aparenta ter sido elaborado durante todo o período em estudo, a sua maior propensão para a reprodução – sem qualquer trabalho jornalístico de mediação – dos comunicados dos partidos da coligação governamental e, em menor medida, de outros partidos de esquerda que ficaram de fora dos governos provisórios.

Por conseguinte, e manifestando a vontade de publicitarem todos os comunicados emitidos pelos partidos políticos democráticos e pelas organizações representativas dos trabalhadores e do povo, alertavam já para a proliferação de moções, resoluções ou informes de organismos, assembleias e grupos cuja fidedignidade era altamente questionável e que, como tal, jamais seriam dadas à estampa. Para contrariar o obscurantismo e a censura que marcaram a imprensa no Estado Novo, a nova imprensa democrática deveria pugnar pela fiabilidade e veracidade da informação que divulgava. Além deste crivo apertado com a origem e os produtores da informação reproduzida nas páginas do *Correio do Minho*, a equipa de direção do jornal anunciou ainda que não daria – face ao espaço exíguo de que dispunha (quatro páginas diárias), ao fervilhar dos acontecimentos políticos e à necessidade de esclarecer e consciencializar os trabalhadores e o povo – eco aos programas de festividades locais, a notícias de acidentes ou de «outras vulgaridades que, dignas de registo em altura normal»¹⁶, não pareciam merecer agora sequer o lugar de notas de rodapé da história de

13 «*Correio do Minho* é notícia». *Correio do Minho*, 7 de maio de 1974, p. 1.

14 Idem, *ibidem*.

15 Idem, *ibidem*.

16 Idem, *ibidem*.

libertação e democratização que o país e a região viviam. Registe-se, não obstante, a chamada de atenção sobre a necessidade de alterar o perfil do jornal de forma a corporizar o momento político imperante junto do público leitor.

Logo nessa edição encontramos também as palavras de ordem que marcarão o discurso político do jornal e dos seus colaboradores até, sobretudo, 28 de setembro de 1974 – altura em que, na sequência da derrota do golpe contrarrevolucionário spínolista, se começam a identificar algumas ligeiras mudanças na linguagem da publicação. Longe das tonalidades radicais que muitas vezes lhes são atribuídas, as orientações emanadas a partir das figuras dos Democratas de Braga e, posteriormente, do Movimento Democrático Português (MDP) e do PCP vão sempre no sentido da pacificação social, da contenção do ímpeto e da euforia revolucionários, animado por setores da esquerda radical, e da não abertura de fraturas com a Igreja e os católicos.

Em texto de Lino Lima, publicado no primeiro número de *Correio do Minho*, surgem claramente destacadas – pela repetição – duas ideias-ação chave: vigilância e unidade¹⁷. Numa transcrição da intervenção que Victor de Sá proferiu numa das varandas da Câmara Municipal de Braga na manifestação de 26 de abril, destacam-se, pela insistência ao longo da mesma, as seguintes palavras: paz, justiça, Liberdade, pão e vigilância. Com efeito, a defesa da revolução e a vigilância popular revolucionária vão ser o mote de todo o discurso do jornal, do MDP e do PCP. Como lembrava Victor de Sá, “os vampiros do Povo, estão aí, ainda, para nos sugar. Os inimigos do Povo estão à espera da primeira oportunidade para nos atraiçoar», pelo que, invetivou as massas presentes nos Paços do Concelho a: «vigilância, vigilância, muita vigilância!»¹⁸.

No número de 5 de maio, o editorial do *Correio do Minho* estabelece já claramente a unidade que defende: uma que se processe à esquerda e que tenha no PCP e no PS os seus principais

17 Lima, Lino. «O povo construirá um Portugal novo». *Correio do Minho*, 3 de maio de 1974, p. 1 e 4.

18 Sá, Victor de. «Homenagem às Forças Armadas». *Correio do Minho*, 3 de maio de 1974, p. 1 e 4.

artífices¹⁹. Embora, mais tarde, o MDP venha a converter-se em partido (novembro de 1974), nesta fase promovia-se como o organismo em melhores condições de consumir a unidade almejada, tendo por base o prestígio que lhe advinha na participação nos atos eleitorais de 1969 e 1973 e de se apresentar como uma força suprapartidária que, procurando construir pontes entre as esquerdas, era a casa de todos aqueles que, não pretendendo comprometer-se (ainda) com nenhuma formação partidária, faziam do esclarecimento da população a sua maior missão. Além da unidade das esquerdas, surge clara e prospetiva a ideia de socialismo. Como aí se afirmava, «consciencializados e indómitos, a classe operária e o povo português consolidarão a sua própria vitória no chão da Democracia e do socialismo»²⁰.

O socialismo que o *Correio do Minho* e o Movimento Democrático de Braga almejavam implicava, antes de mais, uma imensa dose de trabalho. De resto, o incentivo ao trabalho será uma constante nas indicações aos trabalhadores portugueses e ao povo. Compreendendo a semana de euforia e de relativa paralisia do país que se seguiu ao golpe revolucionário e às celebrações-protesto do *1º de Maio*, a 8 de maio o jornal instava a que todos se confiassem novamente ao seu labor diário. Isto porque «cruzar os braços é não só um ato de demissão como também uma preciosa [...] ajuda aos arautos da reação. O povo português, que tem vivido estes dias [...] com o prazer de trincar, enfim, o fruto que lhe fora interdito, carece de enraizar-se na realidade, estudar os seus problemas, pugnar para que eles se resolvam de modo consciente e consequente»²¹.

Assim, a realização de sessões de esclarecimento e de comícios foi a grande prioridade da intervenção dos vários partidos políticos que desenvolveram atividade no Minho. O número, a dimensão e a dispersão territorial deste tipo de iniciativas é absolutamente notável. Se em cidades ou núcleos urbanos de média dimensão, como Braga,

19 Mais tarde, depois da formação do PPD, em 6 de maio, o MDP começará a apelar para a unidade dos três partidos democráticos e socialistas, designação que a todos era atribuída.

20 «Unidade». *Correio do Minho*, 5 de maio de 1974, p. 1.

21 «É tempo de trabalho». *Correio do Minho*, 8 de maio de 1974, p. 1.

Guimarães, Famalicão ou Barcelos, havia reuniões de trabalho e sessões de esclarecimento regulares (em alguns casos semanais) nas sedes dos partidos no centro dessas cidades e vilas, o mesmo tipo de ações foi desenvolvido nos concelhos rurais e em muitas das freguesias desses mesmos concelhos.

A análise do *Correio do Minho* até às Eleições Constituintes de 1975 revela uma cobertura geográfica total dos concelhos e quase total das suas freguesias, sintomática do modo de então fazer política, na esteira do passado, e sobretudo da exigência de se fazerem ver e ouvir, em suma, de a mensagem política se territorializar. Inicialmente, foi o MDP que se desdobrou em ações de esclarecimento um pouco por todo o distrito. Seguiram-se-lhe o PCP, o PS e o PPD e, mais tarde, o PPM e o CDS. Independentemente das dificuldades criadas a vários destes partidos por militantes ou simpatizantes dos partidos rivais, de um ou outro episódio de confrontação física e da tensão que, a partir do final de 1974, se começará a verificar na maioria dos comícios, reuniões e atividades desenvolvidas nas zonas rurais do distrito, a verdade é que todos os partidos tiveram a oportunidade e se empenharam grandemente em fazer chegar a sua mensagem à larguíssima maioria do território do distrito.

3. O saneamento das estruturas político-administrativas locais como condição para a democratização do distrito

Para se produzir uma verdadeira rutura política com o Estado Novo não bastava exonerar o Presidente da República, o Presidente do Conselho de Ministros e o Governo, nem extinguir a maioria das organizações de enquadramento de massas do fascismo português, a polícia política e a censura. Se na história eminentemente centralista da revolução o trabalho de substituição das elites dirigentes do Estado parece ter consumado a transferência de poder e o início da democratização do país, a nível local havia ainda muito por fazer. Quando olhavam ao seu redor, os democratas – independentemente da filiação partidária ou ideológica – encontravam ainda nas principais posições administrativas e políticas quadros nomeados pelo regime deposto.

Era – e foi durante algum tempo – essa a realidade no Governo Civil de Braga, na presidência das câmaras municipais e nas juntas de freguesia do distrito. Tanto assim é que os apelos ao saneamento das autoridades administrativas será uma dura, longa e complexa batalha que as forças democratas terão de enfrentar durante meses.

Ao contrário das assembleias selvagens de estudantes, de trabalhadores camarários, de funcionários públicos e de trabalhadores que se reuniam para sanear professores, funcionários, chefes e administradores, em Braga os objetivos foram sempre mais calibrados por baixo. Apesar do ocasional apelo ao saneamento de quadros do antigo regime e de pides ou dos seus informadores que iam sendo feitas nas páginas do *Correio do Minho*, raramente nomeando alguém em concreto, as grandes prioridades foram, claramente, a substituição do governador civil e dos presidentes das câmaras municipais. Saneadas estas últimas, então sim, avançava-se para o saneamento das juntas de freguesia.

Assim, iniciando um breve roteiro dos processos de saneamento e de nomeação de comissões administrativas provisórias para administrar as câmaras municipais, no dia 9 de maio, o jornal anuncia a constituição da referida comissão para gerir provisoriamente a Câmara Municipal de Braga (CMB). A mesma terá sido eleita em «ampla reunião de democratas» e era «integrada de pessoas de reconhecida idoneidade, incorruptibilidade e capacidade intelectual»²². Face à irredutibilidade da vereação e da presidência ligadas ao Estado Novo em apresentarem a sua demissão, este grupo de democratas – com o apoio e validação da Junta de Salvação Nacional, que nomeou o capitão Benjamim Cardoso seu delegado no município – mobilizou-se para pôr cobro a uma situação que provocava amplo descontentamento na população e que fazia antecipar uma tentativa oportunista e camaleónica dos antigos caciques do fascismo português se converterem agora, instantânea e radicalmente, ao credo democrático para poderem manter os seus cargos e as suas regalias. Por outro lado,

²² «A Câmara Municipal de Braga controlada pela Junta de Salvação Nacional». *Correio do Minho*, 9 de maio de 1974, p. 1.

denuncia ainda o *Correio do Minho*, na Câmara encontravam-se ainda de pé e em exibição pública bustos de Salazar e outros elementos decorativos relacionados com o regime deposedo.

Entre os membros da nova Comissão Administrativa encontravam-se nomes importantes da resistência ao Estado Novo como, entre outros, José Salgado, Fernando Nogueira Arantes, Fernando Oliveira Vaz e Manuel Rocha Peixoto. A presidência ficaria a cargo do capitão do Exército Benjamin Cardoso. O tipo de gestão participativa e democrática que se pretendia implementar – em clara rutura com o que existira até aí – verifica-se também na presença de um representante do pessoal administrativo da CMB, um representante do pessoal auxiliar da CMB e um representante dos trabalhadores da cidade, «a eleger por uma comissão intersindical»²³.

A primeira reunião da câmara, realizada em 5 de junho, haveria de centrar a sua atenção na toponímia da cidade. Foram oito as alterações aprovadas nesse encontro da vereação, desaparecendo da toponímia bracarense as referências ao 28 de Maio, ao Marechal Gomes da Costa, a Salazar, ao Eng. Arantes e Oliveira, a Frederico Ulrich, a Duarte Pacheco e ao General Carmona. Sintonizada com o sentido dos tempos, Braga viu então surgir o Estádio 1º de Maio, a Avenida da Liberdade, a Avenida 31 de Janeiro, a Rua 25 de Abril, a Rua 5 de Outubro e a Rotunda Humberto Delgado, numa espécie de itinerário que atesta a filiação revolucionária das marcas revolucionárias do passado ao presente.

Seguiu-se, em 9 de maio, a nomeação do delegado da Junta de Salvação Nacional para a Câmara Municipal de Guimarães, assim como a Comissão Administrativa que a haveria de gerir transitóriamente. Novamente em contexto de uma reunião promovida pelo Movimento Democrático local, as primeiras resoluções foram de ordem toponímica – de resto, movimento que se alastrará ao longo destes primeiros dias e meses de revolução a todo o distrito –: o Largo 28 de Maio passaria, doravante, a designar-se Largo 25 de Abril e a Alameda

23 «Eleita uma Comissão Administrativa para gerir a título provisório a Câmara Municipal de Braga». *Correio do Minho*, 8 de maio de 1974, p. 1.

Salazar seria daí em diante conhecida como Alameda da Resistência ao Fascismo. Também na cidade vimaranense o presidente do município recusara demitir-se e teve de ser a JSN a intervir e a nomear o seu substituto temporário, o capitão Domingos Fernandes de Almada. A Comissão Administrativa seria ainda composta por António Ribeiro Martins, José Ferreira Lopes, Carlos Alberto Nave, Aristóteles do Nascimento e José Maria Martins Bastos.

Seguiram-se, em 20 de maio, as câmaras municipais de Barcelos e Fafe e, em 24 de maio, a de Vila Nova de Famalicão. No dia 21 de maio, o jornal começa uma campanha – que terá destaque em todas as suas edições até à nomeação de José Sampaio como Governador Civil do Distrito de Braga – para a nomeação, por parte da JSN, de Santos Simões e Tarroso Gomes para os lugares de governadores civis efetivo e substituto, respetivamente. Além da insistência nos nomes destes destacados resistentes antifascistas bracarenses, promoveu-se ainda a recolha de centenas de assinaturas de apoio às suas “candidaturas”, que eram amplamente difundidas nas páginas do *Correio do Minho*. Mais, em 7 de junho, os presidentes das comissões administrativas das câmaras municipais já saneadas dirigiram-se mesmo a Lisboa para pressionar, sem grande sucesso, o poder central a despachar a nomeação do governador civil de Braga, idealmente Santos Simões. No plano municipal, os saneamentos haviam também estagnado.

Nomeadas as comissões administrativas dos concelhos urbanos, as dos concelhos rurais pareciam ter ficado suspensas. Isto apesar de já haverem sido entregues há alguns dias as listas para as comissões que haveriam de administrar temporariamente as câmaras de Vila Verde, Terras de Bouro, Cabeceiras de Basto e Celorico de Basto e de, recentemente, terem também seguido para Lisboa as dos únicos dois concelhos em falta: Amares e Esposende.

Deste modo, denunciava-se num balanço feito pelo MDP no início de julho que “há que reconhecer que o 25 de Abril começa a tornar-se [...] um equívoco. As manobras da *reação*, que começam, não raro, nas mais altas esferas políticas (o saneamento parou e, em largos casos, nem sequer foi iniciado) multiplicam-se, sobem de tom

e de intensidade. A homologação das Comissões Administrativas de *vontade popular*, e democraticamente apresentadas, não se processa. Criam-se, pelo contrário, sérios entraves a uma ratificação que deveria ser rápida para não permitir o recrudescimento contrarrevolucionário. [...] A situação é de descontentamento. Urge tomar medidas imediatas. [...] O que vale por dizer que continua aberta a porta por onde penetrará o oportunismo fascista e o dos seus *lacaíes* disfarçados de centro”²⁴.

O posicionamento crítico face ao poder central – sobretudo, subentende-se, ao presidente da JSN e à chefia do 1º Governo Provisório – atesta que o Movimento Democrático de Braga não se limitou a assumir uma posição expectante ou passiva. Sendo o MDP o principal agente de saneamento do poder local – com a perspectiva de assegurar a gestão dos assuntos municipais até à realização de eleições autárquicas livres –, compreende-se que, nesta fase, a sua maior prioridade fosse avançar com o saneamento das câmaras municipais e das juntas de freguesia, reservas de quadros do antigo regime e estruturas que poderiam ser utilizadas, na visão do MDP e de outros partidos democráticos, como estruturas ao serviço de uma contrarrevolução lançada a partir da “província”.

4. *Theatro Circo* – palco da politização da cidade de Braga

Não desconsiderando as muitas reuniões e sessões de esclarecimento promovidas pelos partidos políticos no distrito – essencialmente, nesta primeira fase da revolução pelo MDP –, o primeiro comício a que a cidade de Braga pôde assistir em Liberdade ocorreu cerca de dois meses após a revolução, em 21 de junho de 1974, na véspera do início das comemorações joaninas. Comunicado no *Correio do Minho* a partir de dia 18 de junho, o PCP divulgava este encontro através do anúncio dos três principais oradores: Francisco Miguel, membro do Comité Central do PCP, alvo de cinco prisões durante o Estado Novo e protagonista de quatro fugas dos cárceres fascistas,

²⁴ «Momento Transitório?». *Correio do Minho*, 4 de julho de 1974, p. 1.

Carlos Costa, natural de Fafe, membro do Comité Central do partido, funcionário do PCP na clandestinidade e um dos antifascistas que fugiram do Forte de Peniche em janeiro de 1960, e Margarida Tengarrinha, membro da Direção da Organização Regional do Norte (DORN) do PCP, funcionária do partido na clandestinidade desde 1955, companheira de José Dias Coelho, assassinado pela PIDE em 1961, tendo-se notabilizado enquanto tipógrafa clandestina, falsificadora de documentos e redatora do jornal *Avante!*. Teriam ainda a palavra representantes do Comité Regional do Minho do PCP, da União dos Estudantes Comunistas, do Movimento da Juventude Trabalhadores e do Movimento Democrático de Homens e Mulheres, estando ainda reservado espaço de intervenção para três operários: um da indústria elétrica, outro da têxtil e outro da metalúrgica.

No dia seguinte, o jornal havia de o caracterizar como um «acontecimento verdadeiramente histórico»²⁵. A dimensão histórica do comício era-lhe conferida, desde logo, por ser o primeiro que a cidade acolhia, mas também pelo facto de ser de assistência livre – sendo destacada a inexistência de bilhetes ou de convites, como contraponto à prática política do Estado Novo –, de não estarem presentes as autoridades policiais ou os infiltrados da polícia política, de não haver controlo de entradas e de não estar ninguém a vigiar o que era dito e a silenciar o que fosse visto como inconveniente. Decerto procurando desconstruir a imagem promovida ao longo de décadas pelo Estado Novo acerca dos comunistas, a cobertura do jornal destaca o facto de ter havido «casa repleta. Gente ordeira. Homens e mulheres de trabalho, gente nova, trabalhadores, mulheres e estudantes. Palco e sala ornamentados com a Bandeira Nacional e do PCP, retratos desenhados de Marx e Lenine. [...] não podemos deixar de assinalar [...] o elevado nível patriótico com que o ato decorreu, na maior ordem e respeito»²⁶. Com efeito, a responsabilidade, o carácter ordeiro, a representatividade social e o respeito pelos símbolos nacionais parecem

²⁵ «O primeiro comício do Partido Comunista Português foi um notável acontecimento político em Braga». *Correio do Minho*, 22 de junho de 1974, p. 1.

²⁶ *Idem*, p. 1 e 4.

funcionar aqui como atestados da maturidade política do PCP e do seu compromisso com o povo português e não com a agenda do movimento comunista internacional.

De resto, também sintomática da cautela com que o PCP procurou pautar a sua intervenção no Minho e a prioridade à desconstrução do anticomunismo das populações locais, a intervenção de Margarida Tengarrinha no comício centrar-se-ia nas perspetivas e políticas do partido relativamente à família, à liberdade religiosa e ao catolicismo. Denunciando aqueles que, antes e depois do *25 de Abril*, demonizavam o PCP por pretender dissolver a família como célula base da sociedade portuguesa e proibir e erradicar a religiosidade popular, Tengarrinha procurou demonstrar que os verdadeiros inimigos da família eram, antes de mais, aqueles que enviaram pais, maridos e filhos para combater nas guerras coloniais e que condenavam a população à pobreza e à emigração, que, por ser eminentemente masculina, acabava por separar as famílias.

No que concerne ao posicionamento partidário em relação às questões do foro religioso, invocou a defesa que é feita nos documentos programáticos do PCP das liberdades religiosas e da sua prática por parte da população, a unidade entre comunistas e católicos nas lutas antifascistas que se travaram nas fábricas, nas escolas e nas Universidades, e o facto de muitos militantes comunistas serem, simultaneamente, católicos. Iguamente importante, dada a estrutura de propriedade e a realidade de pluriatividade (emprego remunerado e prática da agricultura) existentes no Minho, foi a afirmação de que «o PC não pretende tirar terras aos pequenos e médios camponeses, mas sim àqueles – grandes agrários – que exploram o povo trabalhador e espoliam o país duma grande parte da sua riqueza produtiva»²⁷.

Depois de ter recebido o PCP, o palco do *Theatro Circo* acolheria o primeiro comício do Movimento Democrático de Braga no dia 5 de julho. Além dos membros afetos ao Movimento, o comício contaria ainda com a participação de representantes do PPD, do PS e do PCP, atestando, desde modo, a feição apartidária – melhor seria dizer,

²⁷ «O Comício do Partido Comunista em Braga». *Correio do Minho*, 23 de junho de 1974, p. 4.

suprapartidária – que o MDP pretendia assumir nesta fase do processo revolucionário. Tal como em toda esta fase da revolução, o elogio corria solto nas descrições das figuras marcantes desta nova fase da vida nacional e local e dos acontecimentos que marcavam a agenda política da cidade e do distrito. Assim, o comício realizado pelo MDP, além de uma «jornada grande da democracia», foi também uma «confirmação da [sua] extraordinária força mobilizadora». Mais, «a sala estava cheia de uma assistência entusiástica e participante. As intervenções dos oradores não foram meros discursos mas sobretudo *a objectivação da palavra militante e interveniente*, a análise clara *de uma consciência que se colectiviza paulatinamente* [...] numa súbita e invencível força criadora»²⁸.

Presidida por Guilherme Branco, a sessão contou com intervenções de, entre outros, Mota Prego, representante do PS, José Manuel Mendes, em nome da Comissão Executiva Distrital do Movimento Democrático de Braga (MDB), de Carlos Figueira, representante do PCP, e do padre António Sousa Fernandes, em nome da Comissão Concelhia de Braga do MDB. Os discursos mais aguardados e aplaudidos foram, porém, os de José Manuel Tengarrinha, dirigente nacional do MDP, e de Orlando Carvalho, secretário de Estado da Reforma Educativa no I Governo Provisório. À imagem do que já se havia verificado no comício do PCP, uma das primeiras intervenções, proferida pelo padre Sousa Fernandes, versou sobre o tema «os cristãos, o movimento democrático e a luta política»²⁹. Registaram-se ainda alocuções sobre os trabalhadores da administração pública e a necessidade de saneamento das suas estruturas político-administrativas e dos seus serviços, as insuficiências existentes nos setores da saúde e da assistência social, e a necessidade de manutenção – no novo quadro político – de uma organização com as características do MDP.

28 «O Comício do Movimento Democrático de Braga foi uma jornada grande da Democracia». *Correio do Minho*, 6 de julho de 1974, p. 1.

29 Fernandes, António Sousa. «Os Cristãos, o Movimento Democrático e a Luta Política». *Correio do Minho*, 6 de julho de 1974, p. 1 e 4.

Igualmente sintomática da forma como a esquerda representada no I Governo Provisório via a agitação social e os perigos do caos ou de uma crise económica foi a intervenção de Carlos Figueira, membro da Direção da Organização Regional do Norte do PCP. Começando por alertar que «a queda do regime fascista não significa que o fascismo fosse totalmente destruído» e que «a conquista das liberdades democráticas não significa que tenhamos desde já um estado democrático»³⁰, Figueira coloca todo o foco do seu discurso nas ideias de vigilância, unidade, responsabilidade e trabalho como forma de combater a «reação». Esta estaria já «a agitar o espantinho do anticomunismo com o mesmo frenesim [com] que o fazia outrora, serve-se dele para fomentar a inquietação e a desconfiança»³¹. Para contrariar esses sentimentos e manobras, o dirigente regional do PCP, reconhecendo que a conquista do direito à greve se insere no corpo mais amplo das liberdades fundamentais entretanto consagradas pela Junta de Salvação Nacional e pelo I Governo Provisório, afirma que, sendo uma importante arma de defesa ao serviço da classe trabalhadora, o exercício do direito à greve teria forçosamente de ser exercido com responsabilidade e apenas em último recurso, quando todas as outras etapas de negociação com a instituição patronal estivessem esgotadas. Alertava ainda que, se os trabalhadores embarcassem no «aventureirismo com que algumas greves têm sido decididas» ou na adesão a «utópicas reivindicações de alguns sectores incompatíveis economicamente»³², a greve poderia facilmente voltar-se contra os seus próprios interesses.

Embora este tipo de situações não se verificasse no distrito de Braga, pelo menos de acordo com o que era noticiado nos jornais locais, a verdade é que se assistia a casos destes um pouco por todo o país. Em zonas em que o conservadorismo e o anticomunismo eram particularmente fortes – ainda que existissem algumas tentativas de modernização e liberalização a partir dos anos 1960 –, compreende-se

30 «O Movimento Democrático não pode acabar», *Correio do Minho*, 6 de julho de 1974, p. 1.

31 Idem, *ibidem*.

32 Idem, p. 1 e 4.

a necessidade dos dirigentes políticos do MDP e do PCP demonstrarem uma posição de responsabilidade institucional e constituírem-se em agentes da manutenção da ordem social e do normal funcionamento da economia nacional.

Dias depois, o frustrado Golpe Palma Carlos vai receber algum destaque nas edições de 10 a 14 de julho do *Correio do Minho*, sobretudo para reproduzir as tomadas de posição do MDP nacional e local e para se regozijar com a perspectiva de nomeação de um militar – mais identificado com o Programa do MFA do que Adelino da Palma Carlos – para o lugar de chefia do II Governo Provisório. Além da chefia militar, congratulava-se com a perspectiva de o novo governo vir a contar com a presença de mais militares e de civis mais alinhados à esquerda. Foi apenas depois da «gorada tentativa de golpe-anticonstitucional»³³ e da nomeação do novo Governo Provisório que o Partido Socialista organizou o seu primeiro comício em Braga. Ao contrário do PCP e do MDP, que não enviaram os seus principais dirigentes (Álvaro Cunhal e Francisco Pereira de Moura, respetivamente), à época, ministros sem pasta no I Governo Provisório, o PS vai apresentar-se em Braga pela voz e com o rosto do seu principal dirigente, Mário Soares, no dia 20 de julho.

Sob o mote do «socialismo em liberdade», o comício do PS, à imagem dos anteriores ali realizados, terá enchido o *Theatro Circo*, «dando uma moldura de grande entusiasmo ao longo das intervenções. [...] As pessoas estiveram atentas, interessadas, na via duma politização que passa, necessariamente, pelo esclarecimento»³⁴. Longe das animosidades e das acusações mútuas que irão afirmar-se entre os diferentes partidos da coligação governamental no contexto da campanha para as Eleições Constituintes de 25 de abril de 1975 e, sobretudo, após o conhecimento público dos seus resultados, a descrição que o *Correio do Minho*, órgão distrital do Movimento Democrático, faz do primeiro comício do PS é uma celebração de uma importante

33 «O segundo 25 de Abril». *Correio do Minho*, 16 de julho de 1974, p. 1.

34 «Comício do Partido Socialista sob o signo do socialismo em Liberdade». *Correio do Minho*, 21 de julho de 1974, p. 1.

realização de um partido aliado e que aderira – tal como o PPD – ao MDP. José Salgado, também membro da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Braga, presidiu aos trabalhos, que contaram ainda com a presença de António Pinto, representante do PCP, José Manuel Mendes, representante do MDB e Oliveira Braga, representante do PPD, todos com direito ao uso da palavra – hábito comum nos comícios de todos estes partidos e que reforçava o espírito de unidade político-partidária em torno dos objetivos de democratização e de construção do socialismo (independentemente da versão preconizada) que marcaram a primeira fase da revolução. Na mesa estiveram ainda representantes socialistas de diversos concelhos do distrito: Ângelo Medon, de Fafe, Martins Costa, de Vila Verde (e que viria a ser o presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal local), António Mota Prego, de Guimarães, e padre António Sousa Fernandes e Tinoco Faria, ambos de Braga.

Contrariamente ao espírito que haveria de marcar o denominado Verão Quente, Joaquim Loureiro, militante socialista de Guimarães, usou da palavra para afirmar que «no anticomunismo começa a antidemocracia»³⁵. Menos de um ano depois, PS, PPD e CDS seriam unânimes em identificar no comunismo o principal inimigo da instauração e consolidação de um regime realmente democrático no país. O próprio Mário Soares chegou mesmo a defender, numa intervenção que durou cerca de uma hora, «a criação dum tipo de Programa Comum, à semelhança do que se verifica em França»³⁶.

No contexto da agitada situação política que marcara as últimas semanas, e a atestar o esforço de unidade dos vários partidos e organizações sociopolíticas, o MDP, o PCP, o PS, o PPD e a Intersindical promoveram, em 31 de julho, uma manifestação de apoio ao novo governo provisório e de defesa da política de descolonização, tal como comunicada ao país, a contragosto, pelo Presidente da República, António de Spínola, quatro dias antes. A evolução dos acontecimentos

35 Idem, *ibidem*.

36 «Comício do Partido Socialista sob o signo do socialismo em Liberdade». *Correio do Minho*, 21 de julho de 1974, p. 1.

e o aprofundamento da via socialista traduziram-se igualmente na notícia de que as brigadas de alfabetização e de educação sanitária se encontravam já a trabalhar. Malgrado as «barreiras levantadas pelo obscurantismo rural dos caciques fascistas e outros reacionários do Distrito»³⁷, a populações teriam recebido entusiasticamente e colaborado para o sucesso dos trabalhos.

Além dos educadores que vinham de outras partes do país, havia também um conjunto de estudantes locais que se associou às brigadas para aprender o método de alfabetização de Paulo Freire e poder prosseguir esse trabalho após a partida das brigadas externas. Cerca de setenta jovens, divididos por sete brigadas, abdicaram das suas férias para alfabetizar e dar educação sanitária em Caçarilhe, Celorico de Basto, Riodouro e Alvite, Cabeceiras de Basto, Barbudo, Geme, Sabariz, Loureira, Isqueiros e Travassós, Vila Verde, e Moreira e Rei e Travassós, Fafe. No campo da educação sanitária, as brigadas centrar-se-iam, sobretudo, no rastreio cardiovascular, nos problemas materno-infantis e no rastreio da diabetes e do alcoolismo.

A primeira fratura na unidade manifestar-se-ia no final de agosto, quando o PS ameaça abandonar o MDP perante os insistentes rumores de que este pensava institucionalizar-se como partido e concorrer em nome próprio às eleições constituintes. Em comunicado publicado dias depois, o movimento defende-se, afirmando ter sempre procurado o apoio do PCP, do PS e do PPD, e de sempre ter agido no sentido «da unidade de forças à esquerda»³⁸. Por outro lado, aproveita também para denunciar que, desde a primeira hora e apesar de ter declarado a sua adesão ao movimento, o PPD «lhe negou sempre a sua colaboração, afastando os seus partidários da tarefa de democratização do País» e que «a colaboração do Partido Socialista também não tem sido a que deveria ser, podendo mesmo afirmar-se que alguns dos seus filiados negaram logo de início a sua ajuda ao MDP e outros mantiveram uma colaboração meramente passiva»³⁹.

37 «As brigadas de alfabetização no Distrito de Braga». *Correio do Minho*, 8 de agosto de 1974, p. 1.

38 «O Movimento Democrático e os seus objetores». *Correio do Minho*, 4 de setembro de 1974, p. 1.

39 Idem, *ibidem*.

Qual era, então, a justificação para o MDP abdicar do papel de organização apartidária que sempre afirmara ser o seu até esse momento e optar pela sua transformação em partido político autónomo? A despolitização que continuaria a caracterizar ainda a vastíssima maioria dos portugueses, sobretudo os das regiões rurais. Admitindo que essa maioria era já composta de homens e mulheres antifascistas, defende que não está ainda apta a fazer «uma opção partidária, pois a sua informação política não ultrapassa os elementos de ordem genérica que lhes eram fornecidos pelas reivindicações políticas de antes do MFA, do tipo da exigência de livre formação de partidos políticos, de livre direito de reunião, de associação, de liberdade de imprensa»⁴⁰. Tirando esse programa mínimo, que unia todos os partidos representados nos dois primeiros governos provisórios, parte significativa dos portugueses não seria ainda capaz, por exemplo, de compreender e de escolher qual das modalidades de socialismo que lhe eram propostas pelos partidos políticos ia mais ao encontro das suas convicções e dos seus interesses. Nesse sentido, conclui o comunicado, «é evidente que o MD corresponde a uma necessidade política de momento», «que ainda não esgotou as suas virtualidades» e que «não pode, por isso, dissolver-se só porque o PPD nele não colabora ou porque o PS apenas lhe dá uma colaboração reticente e condicional»⁴¹.

O último acontecimento político de grande significado desta primeira fase do processo revolucionário foi a tentativa de golpe contrarrevolucionário comandado a partir da Presidência da República e cuja estratégia assentava na realização de uma enorme manifestação de apoio ao general Spínola, em Lisboa, que pudesse inverter a correlação de forças desfavorável ao spínolismo no contexto do MFA e do Governo Provisório. Noticiada como uma consolidação da democracia, as barragens humanas montadas nas estradas de todo o país – sobretudo nos acessos a Lisboa – por forças conjuntas de militares e militantes políticos de esquerda terão travado a

40 Idem, *ibidem*.

41 Idem, *ibidem*.

«ofensiva fascista» e procedido a uma «grande apreensão de armas em poder de fascistas»⁴².

O relato dos acontecimentos da noite de 27 para 28 de setembro só seria apresentado na edição de 1 de outubro, a mesma que fazia manchete com a nomeação do novo Presidente da República, General Costa Gomes. Nesse número os redatores de *Correio do Minho* afirmam que a «conspiração fascista [...] tinha no distrito de Braga um ‘quartel-general’»⁴³ e que os dirigentes locais do MDP estavam em alerta desde o início da madrugada de dia 28. Tendo identificado manobras de «conhecidos fascistas» que nos dias anteriores haviam tentado «arrebanhar gente para encher camionetas, como nos velhos tempos»⁴⁴, colocou durante toda a noite brigadas a vigiar as estradas do distrito que tomavam a direção do sul do país.

Apesar de os motoristas de autocarros terem decidido não transportar manifestantes para Lisboa por entenderem que a manifestação marcada para 28 de setembro tinha propósitos contrarrevolucionários, «alguns pensavam poder seguir pela calada da noite» e foram barrados nas estradas. Outros que julgaram poder deslocar-se à capital por via ferroviária tiveram também de lidar com o corte das vias férreas que ligavam o norte ao sul do país. Nesse mesmo dia, as estruturas locais do MDP, do PCP e do PS promoveram uma manifestação, que partiu da Praça da República – onde José Manuel Mendes (MDP), António Lopes (PCP) e José Ferreira Salgado (PS) discursaram – em direção ao Regimento de Infantaria 8, para demonstrarem o seu apoio ao MFA, ao Presidente da República e ao Governo Provisório. Tal era o clima de festa e de união que foi ordenada a abertura dos portões do quartel que, então, acolheu as centenas de manifestantes. Com efeito, e depois de Victor de Sá ter mencionado uma vez

42 «Consolidada a Democracia. Em resposta à ofensiva fascista o povo levantou-se e impediu a ‘manifestação’». *Correio do Minho*, 28 de setembro de 1974, p. 1.

43 «General Costa Gomes novo Presidente da República. Uma garantia de defesa das liberdades democráticas e do MFA. Gorada a conspiração fascista, que tinha no Distrito de Braga um ‘quartel-general’. A hora é de vigilância e de confiança na Democracia. O brigadeiro Vasco Gonçalves confirmado no cargo de Primeiro-Ministro». *Correio do Minho*, 1 de outubro de 1974, p. 1.

44 «Braga vigilante em apoio ao MFA». *Correio do Minho*, 1 de outubro de 1974, p. 1.

mais a ausência de um governador civil no distrito, poucos dias depois o MDP apresenta um novo candidato ao cargo, José Sampaio, que seria logo nomeado em 4 de outubro e empossado em 12 do mesmo mês. Manifestações semelhantes tiveram também lugar em Guimarães e em Vila Nova de Famalicão.

Por fim, e ainda no rescaldo dos acontecimentos de 28 de setembro, as comemorações do *5 de Outubro* serviram, essencialmente, para vitoriar a Democracia que se sentia ter sido salva dias antes. Por outro lado, a ameaça contrarrevolucionária spinolista voltou a aproximar – ainda que apenas temporariamente – os vários partidos da coligação governamental. Assim, na Póvoa de Lanhoso, MDP, PPD, PS e PCP juntaram-se na organização das comemorações locais do *5 de Outubro*. Em Braga, o MDP, o PCP, o PS, a União dos Sindicatos de Braga e o Movimento da Juventude Trabalhadora de Braga convocaram todos os bracarenses a concentraram-se na Praça do Município numa «grandiosa manifestação pública de solidariedade e apoio a Sua Excelência o Presidente da República [...], às Forças Armadas e ao Governo Provisório»⁴⁵. Embora os seus nomes não constassem da organização, no dia 5, representantes do PPD e do PPM fizeram-se ouvir na Praça do Município, dando prova do caráter efetivamente unitário destas manifestações. Assinalaram-se ainda ações e convívios em Guimarães e Amares.

5. A revolução também pode ser festa e folia

Assim, embora amplamente focado nos comunicados dos partidos políticos e nas tarefas de saneamento da administração local, o jornal não deixou de anunciar, logo em 9 de maio, que não só se manteriam as comemorações do S. João em Braga como, revigoradas pelo triunfo da democracia e sob o signo do cravo, seriam em 1974 uma enorme «apoteose popular»⁴⁶. Com as ornamentações citadinas, projetadas por José Veiga, a basearem-se no cravo e nos versos «o povo/é

⁴⁵ «O 5 de Outubro em Braga». *Correio do Minho*, 4 de outubro de 1974, p. 1.

⁴⁶ «O S. João em Braga vai este ano constituir uma apoteose popular». *Correio do Minho*, 9 de maio de 1974, p. 1; «Sob o signo do cravo vermelho. As Festas de S. João terão lugar em Braga nos dias 22, 23 e 24 de maio». *Correio do Minho*, 22 de maio de 1974, p. 1.

quem mais ordena/dentro de ti/ó cidade», as restantes celebrações manteriam a feição tradicional: «números tradicionais do Rei David, do carro dos pastores, e da procissão dos Santos de Junho»⁴⁷. Além do já tradicional concurso de quadras populares, haveria ainda espaço para um concerto de Fernando Lopes Graça no *Theatro Circo* e para «festival de canto livre com música e canções de poetas do povo»⁴⁸.

Também em Guimarães a revolução não colidiria com as Gualterianas. Em comunicado da sua comissão concelhia, o MDP «considerou que as Nossas Festas, para além de corresponderem turística e economicamente a interesses legítimos do concelho e especialmente da cidade, significam uma jornada de manifestação popular de energia»⁴⁹. A atestar o empenho do MDP e a sua vontade de criar um espaço de comemoração aberto a todos os vimaranenses, a comissão de base para a preparação das festividades que o Movimento propôs à recém-empossada comissão administrativa da Câmara Municipal de Guimarães envolvia representantes do MDP, da comissão administrativa, das Comissões de Festas anteriores, da Associação dos Comerciantes, dos Industriais, dos Sindicatos, das associações culturais, da Unidade Vimaranesa, da Comissão da Marcha Gualteriana e do Clube de Campismo local.

Também a exposição agrícola de Braga seria enquadrada no novo espírito do tempo. A Agro-74, além da tradicional exibição de animais, máquinas e produtos agrícolas, contaria agora também com um dia da juventude, a apresentação da política agrária dos partidos, que teriam um *stand* próprio no espaço, o convite à participação no certame de países socialistas, a presença de membros do governo provisório e diversos colóquios sobre temas económico-sociais⁵⁰. A preparação e o programa da feira visaram, justamente, contrariar a feição

47 «Um parque de campismo este ano em Braga? Sugestão apresentada a propósito das festas do João [sic]». *Correio do Minho*, 24 de maio de 1974, p. 1.

48 Idem, *ibidem*.

49 «Guimarães em Festa». *Correio do Minho*, 26 de maio de 1974, p. 1.

50 «A 'Agro-74' vai aparecer este ano inserida no novo espírito do 25 de Abril». *Correio do Minho*, 31 de julho de 1974, p. 1 e 4.

"QUE A VIDA É PARA TODOS"...

ruralista e tradicionalista que o Estado Novo sempre fizera da vida rural portuguesa e procuravam inseri-la num projeto de modernização e democratização do país tendo em vista a construção de uma sociedade socialista.

